

Resposta ao recurso contra a Peça Prático-Profissional

S01 Advogado

Justificativa

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

O candidato argumenta que a chave de correção deveria contemplar, de forma explícita, elementos técnico-formais de um parecer jurídico padronizado (como número do parecer, indicação de interessado, local, data, assinatura, ementa, etc.). Contudo, a banca esclarece que, nos termos do Edital (item 13.2.1.1, alínea k), o critério “respeito à estrutura da tipologia textual solicitada” refere-se à adoção de uma estrutura argumentativa compatível com o gênero solicitado (parecer técnico-jurídico), o que implica obrigatoriamente a apresentação de introdução, contextualização do problema jurídico, argumentação fundamentada e conclusão.

Não se exige, contudo, a aplicação de um modelo rigidamente institucional, ainda mais quando a prova delimita expressamente que a peça deve ser redigida em 20 a 30 linhas.

Ademais, a estrutura exigida foi adequadamente avaliada por meio da análise dos seguintes aspectos presentes no gabarito e critérios de pontuação:

- Clareza na identificação do caso e delimitação do objeto jurídico (itens 1 e 2);
- Redação com fundamentação legal, progressão lógica e argumentação técnico-jurídica (itens 3 a 13);
- Conclusão objetiva e coerente com a peça (item 14);
- Emprego da linguagem jurídica formal, coesa e adequada à advocacia pública (item 15).

Ou seja, a chave de correção valoriza justamente o que é exigido de um parecer técnico: clareza, lógica argumentativa, fundamentação legal e defesa da posição institucional com base nos princípios e normas aplicáveis, não sendo exigível a adoção de formato gráfico ou administrativo típico de pareceres internos da administração.

Dessa forma, não há omissão nem falha na chave de correção, tampouco prejuízo a candidatos que demonstraram domínio da técnica jurídica solicitada, ainda que tenham, por iniciativa própria, reproduzido elementos de modelos institucionais. A pontuação está orientada à qualidade e à consistência da resposta, e não à forma documental específica.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.